

aperfeiçoar mais esse cartão corporativo em São Paulo será o ideal. Não tenho nada contra a apuração, mas a comparação que querem fazer com o que aconteceu em Brasília é só para perturbar a cabeça da população. Obrigado.

O SR. DONISETE BRAGA - PT - Deputado Pedro Tobias, não há qualquer iniciativa da Bancada do PT, da oposição em geral, em confundir a cabeça do povo de São Paulo. Muito pelo contrário. Tenho sido cobrado nas ruas pela imprensa se a Assembléia Legislativa estará constituindo a Comissão Parlamentar de Inquérito. E não interessa se são sete, seis ou cinco anos. Há fatos que têm de ser esclarecidos. Gostaria muito que um Deputado do PSDB viesse a esta tribuna para esclarecer o uso da compra de fraldas, de flores e de maquiagem, a entrada de teatro do Vice-Governador Alberto Goldman. Não estou querendo justificar um erro em cima de outro. A Bancada do Partido dos Trabalhadores quer esclarecer os fatos que a imprensa tem noticiado constantemente. E a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo tem essa responsabilidade.

Então, mais uma vez, Sr. Presidente, gostaria de reiterar que essa comissão tem um conceito muito distinto de outras Comissões Parlamentares de Inquérito porque muitas vezes são apresentadas para o embate político-ideológico. Não é o caso desta até porque quem apresentou a CPI no Senado foi justamente um Senador da base aliada, do PMDB. Portanto, faz-se necessária, e espero que o Deputado líder do Governo nesta Casa, Deputado Barros Munhoz, possa vir a esta tribuna e justificar inclusive por que o Governador José Serra suspendeu o uso do cartão corporativo, e ao mesmo tempo ter a iniciativa da constituição e apresentação desta CPI, que irá, certamente, elucidar dúvidas que pairam hoje, conforme as matérias que foram já apresentadas durante esta semana, nos jornais e na televisão.

O povo do Estado de São Paulo com certeza aguarda com muita expectativa que o Governo tenha um portal de transparência, para saber onde o Governo está efetuando esses gastos utilizando do cartão corporativo.

O SR. PRESIDENTE - ANTONIO CARLOS - PSDB - Srs. Deputados, está esgotado o tempo destinado ao Grande Expediente.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - ANTONIO CARLOS - PSDB - Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre Deputado Marcos Martins e suspende a sessão por 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 31 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e sete minutos, sob a Presidência do Sr. Antonio Carlos.

O SR. HAMILTON PEREIRA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - ANTONIO CARLOS - PSDB - Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre Deputado Hamilton Pereira e suspende a sessão por 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e sete minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 21 minutos, sob a Presidência do Sr. Barros Munhoz.

O SR. HAMILTON PEREIRA - PT - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - BARROS MUNHOZ - PSDB - Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre Deputado Hamilton Pereira e suspende a sessão por mais 15 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 17 horas e 22 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 41 minutos, sob a Presidência do Sr. Vaz de Lima.

O SR. ENIO TATTO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, faço minha primeira intervenção desejando a todos um ótimo ano, com muita produtividade legislativa, que cada um de nós tenha a sensibilidade de atender às necessidades do povo do Estado de São Paulo.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de falar dos cartões de débito, sobre mais esse grande escândalo no Estado de São Paulo.

Eu imaginava, desde as primeiras denúncias feitas através de levantamentos da assessoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores e da imprensa, que a base governista, principalmente as Bancadas do DEM, do PSDB e o líder do Governo aqui na Assembléia Legislativa, tivesse a sensibilidade, tivesse a responsabilidade pública que o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, demonstrou no Congresso Nacional: tomar a iniciativa de protocolizar um pedido de CPI para apurar as denúncias, comprovadas ou não. Guardeei desde quinta-feira e coloquei hoje para o Líder do Governo Deputado Barros Munhoz que esperava que ele tomasse essa iniciativa: propor o pedido de CPI de forma acordada entre oposição e governo. Infelizmente não foi esse o entendimento do Líder do Governo, provavelmente não será do Governador Serra.

Não há comparação com o Governo Federal porque aqui o problema é muito mais sério, o problema é muito maior, seja na quantidade de cartões, seja nos valores, seja na forma dos gastos. Aqui no Estado de São Paulo, pelos levantamentos que colocamos e que a imprensa divulgou, há todos os fatos determinantes para se abrir essa CPI. São 108 milhões de reais sacados de cartões de débito por parte do funcionalismo público sem nenhum controle, tanto é que 44% desses 108 milhões, 48 milhões, foram sacados na boca do caixa, saque em dinheiro vivo. Qual o controle que o Governo do Estado tem desse dinheiro? Qual o controle que o Governo do Estado tem das despesas provenientes desses cartões de débito? Nenhum.

Tanto é que ele tomou a iniciativa de suspender todos os saques com os cartões de débito. Essa iniciativa nos dá a certeza de que o Governo do Estado reconhece que não tem controle e não consegue explicar esses gastos. Pior que isso e diferentemente do que acontece no Governo Federal: lá existe o portal da transparência. Qualquer cidadão, qualquer autoridade pode verificar as despesas. Aqui no Estado de São Paulo, reconhecido pelo Governo e pelo Secretário da Fazenda Mauro Ricardo, não se tem essa transparência, nem mesmo nós, Deputados estaduais que temos a prerrogativa e a responsabilidade de fiscalizar o Governo do Estado, temos acesso ao Sigeo. Apenas as lideranças partidárias. Mas quando consegui-

mos acessar as informações, o que vemos colocado como despesas miúdas é um montante alto. Há despesas colocadas como de pronto pagamento em valores altos e não se sabe no que foi gasto.

As Secretarias da Saúde, Educação e Segurança Pública são as que mais gastaram, porque são as maiores. Mas em todas as Secretarias há esse problema. Há Secretarias que têm 50% de saque em dinheiro, outras têm 60, 70 por cento. Na Secretaria da Agricultura, o saque em dinheiro chega a 99 por cento. Como explicar esse volume de dinheiro nas mãos de funcionários públicos sem que se tenha acompanhamento algum, sem que se tenha uma prestação de contas, sem que se ofereça alternativa para a Assembléia Legislativa acompanhar e fiscalizar.

Portanto, a partir de hoje a Bancada do Partido dos Trabalhadores começa a colher assinaturas para essa CPI. Já fiz isso no Colégio de Líderes, mas lá apenas o PT assinou. Provavelmente o PSOL assine. O Deputado Olímpio Gomes também assinou. Nós queremos abrir essa CPI não para atingir o Governo Alckmin ou o Governo Serra. Nós queremos verificar como foi gasto esse dinheiro, que é dinheiro público. Não há diferença do que está ocorrendo em Brasília. Oposição e governo vão apurar e punir os culpados, se existirem. Agora se existirem erros, vamos corrigir essas distorções.

Quero pedir a sensibilidade dos Deputados para que assinem esse pedido e de uma vez por todas comecemos a fiscalizar as denúncias aqui no Estado de São Paulo. Voltarei à tribuna para falar sobre o assunto, detalhando os fatos determinantes e o por que da abertura dessa CPI.

O SR SIMÃO PEDRO - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou retornando a esta tribuna neste novo ano legislativo; na semana que passou não tive condições de usá-la. Falo já na qualidade de líder do PT para esclarecer à sociedade paulista, aos Deputados a nossa posição em relação ao uso dos cartões de débito corporativos na mão de alguns funcionários em São Paulo, para que não lancem dúvidas sobre a seriedade do trabalho de nossa bancada, da assessoria da nossa liderança que tem trabalhado nesses anos todos e porque a bancada do PT é reconhecida pelo seu trabalho sério na área da fiscalização do governo.

Lembro-me de que quando o governador José Serra tomou posse a TV Cultura transmitiu ao vivo ele dizendo que oposição é para fazer oposição. Entendemos que a sociedade nos deu essa condição ao eleger um governador do PSDB, que o nosso papel aqui na Assembléia é fazer oposição e que o principal papel da oposição é fiscalizar o governo. É uma atribuição nossa e não vamos abrir mão queira ou não o governo José Serra.

Há cerca de 20 dias a grande imprensa pressionava o governo federal perguntando ao ministro do Planejamento Paulo Bernardo se não era exagerado o número de cartões utilizados no âmbito do governo federal. Ele disse: não acho. Doze mil cartões para um governo da dimensão do nosso país não é muito. Disse ainda que o governo do Estado de São Paulo tem três vezes mais no número de cartões. Esse instrumento foi criado na gestão do PSDB do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Determinei a nossa assessoria que fizesse um levantamento sobre como são utilizados os cartões em São Paulo. Para nossa surpresa, antes do Carnaval veio a informação de que no governo do Estado de São Paulo o gasto vem aumentando desde 2001, 2002, e em 2007 o governo José Serra gastou 108 milhões, dos quais 44,5% são saques diretos no caixa, e não sabemos como foram feitos, para quê foram feitos.

O pessoal fala da diferença do governo de São Paulo com o governo federal. Quero dizer que em termos de transparência é muito diferente mesmo, porque lá o governo Lula disponibilizou na Internet, toda a mídia tem acesso, qualquer Deputado; não precisa de senha, não precisa de treinamento, é um sistema muito mais transparente. Aliás, o presidente Lula recriou a Controladoria Geral da União, órgão extinto pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Em termos de transparência o Sigeo é muito difícil. Não entram as contas da CDHU, das empresas públicas, e dos 108 milhões ninguém sabe como foram usados os 45 por cento.

Na quinta-feira da semana passada, quando aqui iniciaram os trabalhos do ano legislativo, eu disse para a imprensa que não tínhamos indícios de irregularidade porque só tínhamos o esqueleto, mas a partir de sexta-feira começaram a aparecer. A própria imprensa foi provocada pelo número que surpreendeu a todos, deixou todos perplexos. Talvez até o governador não soubesse que seu governo gastou 108 milhões. Tanto que ontem o governador recuou. Ele dizia que não tinha irregularidade nenhuma, que é diferente, mas ontem suspendeu o uso de cartão para o funcionário fazer saque direto e manejar o dinheiro. Então na sexta-feira, quando a imprensa começou a revelar os pormenores do uso cartão, evidentemente que a bancada do PT, aparecendo suspeitos de irregularidade, indícios de malversação do dinheiro público dissemos: esse assunto merece, sim, uma CPI, merece uma investigação. A Assembléia não pode deixar de cumprir seu papel, a sociedade merece saber como é gasto o dinheiro público em São Paulo, como que os funcionários, os assessores gastam esse dinheiro. Por que esconder isso? Por que o governo José Serra vai trazer os dados a público somente em maio? Por que não toma a atitude que tomou ontem e disponibiliza desde já para a opinião pública, para a sociedade? Para que deixar para maio? Para esfriar o assunto? Não concordamos.

Queremos mudança no Sigeo, queremos investigação e achamos que a CPI é o melhor instrumento; achamos que o Tribunal de Contas tem de fazer o seu papel, o governo tem de dar os esclarecimentos e não jogar acortina de fumaça, não desqualificar o trabalho do PT, não tentar esconder os fatos dizendo que foi determinação do Diretório Nacional, do governo federal, que é retaliação em relação ao que aconteceu no Congresso. O governo teve autonomia, tranqüilidade para negociar com a oposição abertura de CPI, diferentemente daqui, em que o governo treme, quando fala em CPI, parece que é um bicho de sete cabeças. Por que temer se não há nada a esconder, se não há irregularidades?

Então desafiamos, chamamos a atenção dos líderes partidários que se pronunciar hoje para abrir uma investigação séria, delimitada no tempo, no objeto de investigação para que a sociedade tenha os esclarecimentos, as informações.

Tem diferença? Em algumas nuances tem. Vão dizer lá o ministro é quem tinha o cartão.” Aqui o secretário não tem mas o ajudante de ordem tem, o motorista tem. Os ex-governadores têm nove policiais na sua segurança; como é que esses policiais comem? Como que se deslocam? Como que usam as viaturas? Para que esconder essas coisas? Que tragam esses dados para esclarecer.

Entendemos que diante da gravidade da atitude do governador, ontem, devemos abrir CPI para que a Assembléia possa cumprir o seu papel, os Deputados justificar o seu papel de fiscalizar o governo. Era o que tinha a dizer.

A SRA. RITA PASSOS - PV - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, quero registrar que a nossa cidade de Itu completa este mês 398 anos e é a 7ª cidade mais antiga do Estado de São Paulo, é uma estância turística. É com muita alegria que digo a todos que nos assistem que a nossa cidade está em festa para receber todos que queiram visitá-la.

O SR SAMUEL MOREIRA - PSDB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, funcionários da Casa, hoje a bancada do PT utilizou a tribuna invariavelmente para falar sobre os cartões corporativos do governo federal e dos cartões de despesa do governo do estado. Aliás, cartões de débito, não cartão de crédito.

Evidentemente existem diferenças e precisamos colocar essa discussão em dois níveis. Primeiro, do ponto de vista técnico e administrativo, que significa adiantamentos de recursos para pequenas despesas, para despesas específicas - como é o caso do governo do Estado de são Paulo que tem cartões de débito - coordenador de despesa específico para compras específicas. Diria que na maior parte é utilizado na Secretaria de Segurança, na Secretaria de Educação, nessas áreas sociais importantes para o governo, que precisam ter agilidade nas despesas. O que se discute do ponto de vista administrativo nem é mais a importância dos cartões que estão no Governo Federal e no governo do Estado. Há necessidade de se ter adiantamentos de recursos para poder se fazer despesas, a exemplo das várias prefeituras que adiantam recursos para que determinados funcionários façam suas pequenas despesas e prestem contas depois de 30 dias.

Evidentemente, a análise pode ser feita do ponto de vista administrativo para verificar as correções, os ajustes, a exemplo do que o Governo Federal tem dito, e vem fazendo. Não do ponto de vista de dizer que com a eficaz transparência que tem, não possa revelar gatos relacionados à segurança do Presidente. Mas ajustes como o Governo Federal vem fazendo, dizendo que cartões não devem mais ficar nas mãos de ministros. Ajustes que o governo do Estado vem fazendo, diga-se de passagem, para que não ocorra nenhum risco sobre essa sensação que se está tendo de cortar, como cortou imediatamente o Governador Serra, saques em dinheiro. São ajustes administrativos para melhorar também a transparência com o compromisso do Governador de também se ter na internet os gastos relacionados a esses cartões.

Mas há uma diferença muito grande e ela se dá não no campo administrativo, que realmente precisa de uma discussão pela sociedade, uma revisão sobre como utilizar os recursos do cartão, mas no campo político, sobre quem se utiliza desses cartões.

Observamos que no âmbito do Governo Federal, recentemente o Ministro de Esportes devolveu 30 mil reais, porque o primeiro escalão do governo utilizava esses cartões para todo tipo de despesa sem ter transparência, a ponto de a Ministra ter que renunciar - mais uma vez, porque já teve a Benedita da Silva lá atrás, que teve dificuldade na prestação de contas - colocando uma diferença clara, porque os Secretários não têm cartões. Os cartões são dos coordenadores de despesas para as despesas administrativas do governo do Estado e não de cunho pessoal. Então, para se iniciar essa discussão, iríamos para o campo da reflexão política, de como os partidos se comportam com relação a essa questão.

A CPI não pode ser uma cortina de fumaça, não no campo político, como disse aqui Enio Tatto, para evitar e não causar constrangimento ao Governador Geraldo Alckmin, constrangimento ao Governador José Serra. Mas há uma cortina de fumaça para que não se apurem as atitudes do Governo Federal, para que se desmonte o eixo de um escândalo que começou no Governo Federal, e com muita frequência o PT busca, no governo do Estado, alguma ação correlacionada aos escândalos do Governo Federal.

Aqui não se há evidências. Se o vice-governador devolveu os seus gastos, como houve nos Estados Unidos, o Ministro de Esportes devolveu 30 mil reais.

O que se discute é em que extensão se dá isso. Se fizermos contas, temos mais de 5 mil escolas cujos diretores usam cartões, aqui no Estado de São Paulo. São cartões para pequenas despesas, para agilizar as ações administrativas das escolas.

Então, pega um volume, mas todos coordenadores específicos com despesas específicas, dando capilaridade, especialmente na Segurança Pública, para fazer a máquina andar. Não na mão de cargos indicados por partidos políticos, que têm a responsabilidade de dar exemplo. Se cometeram erros, alguns estão buscando repara-los através de devolução. Mas alguns cometeram irreparáveis, que devem ser punidos. Estão renunciando ao cargo para evitar que o escândalo se alastre, ferindo ainda mais o Governo Federal, como os escândalos frequentemente vêm ferindo o Governo Federal ano a ano.

Esta é a reflexão no campo político. Como o governo do PSDB se comporta com a utilização dos cartões, e como o Governo Federal do PT se comporta com a utilização dos cartões. Esta é a reflexão inicial. Temos muito a refletir nesta Casa. A CPI não pode ser uma cortina para encobrir uma ação que está no Governo Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. RUI FALCÃO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Samuel Moreira, em nome da Liderança do Governo. Um pronunciamento criterioso, administrativo, até um determinado ponto. De repente, ele fala dos escândalos que eu não localizei.

Mas a minha reclamação, que vai sob a forma de uma pergunta, é qual a diferença de qualidade entre uma compra incorreta num free shop, que a responsável admite e devolve o dinheiro, e uma compra de dois ingressos num teatro, que também o homem público admite e devolve o dinheiro. Para teatro pode se enganar, para o free shop não pode se enganar. No caso do free shop é má-fé e merece sair do cargo; no caso do teatro, é uma benesse cultura, uma distração, e tudo perdoado.

Acho que nos dois casos, devíamos usar a lhaneza inicial do Deputado Samuel Moreira e entender que não há nenhuma atividade de malversação. Então não se pode, Deputado, dois pesos e duas medidas.

V. Exa. iniciou a sua intervenção pretendendo ser isento e terminou fazendo a acusação mais irresponsável que já ouvi em relação ao governo Lula. Esta é a minha reclamação. Não estamos criando nenhuma cortina de fumaça, até porque em Brasília vai-se instalar a CPI e aqui é a orientação de sempre: CPI só se passar pelo meu cadáver.

O SR. SAMUEL MOREIRA - PSDB - PARA RECLAMAÇÃO - Só para esclarecer ao Deputado Rui Falcão que ele reduziu a ação da Ministra a uma compra no free shop, mas os valores são mais de 100 mil reais, inclusive com contratação de veículos sem licitação.

Acho que é um debate que vai se fazer nessa tribuna com muita propriedade. Agora, a diferença se dá na renúncia. A renúncia é um ato praticamente unilateral. Acho que temos muito a discutir sobre esse assunto, inclusive a sociedade.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - VAZ DE LIMA - PSDB - Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 18 horas e nove minutos.

Atos Administrativos

DECISÃO DA MESA

DE 20/02/2008

ATRIBUINDO, em caráter excepcional, à Sra. JULIANA GABAN MONTEIRO MULTINI, RG nº 27.473.473-4, gratificação de representação de Consultor Técnico, no período de 01/04/07 a 20/11/07.

(Decisão nº 253/2008);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE 20/02/2008

CESSANDO a gratificação de representação atribuída aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: EMILIANA FERNANDES TEIXEIRA LEITE
RG: 35266951-2 Matrícula: 19198
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Cessada a partir de: posse novo cargo
Nome: RICARDO DE MORAES FERRARI
RG: 24417787-9 Matrícula: 19157
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Cessada a partir de: posse novo cargo
Nome: WILDNEI WALISON TEODORO
RG: 40093886-8 Matrícula: 19715
Gratificação: Assistente Técnico Parlamentar
Cessada a partir de: posse novo cargo

ATRIBUINDO, a partir do exercício, gratificação de representação aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: EMILIANA FERNANDES TEIXEIRA LEITE
RG: 35266951-2
Gratificação: Jornalista
Nome: FRANCISCO CARLOS ALEXANDRE
RG: 04121358-8
Gratificação: Jornalista
Nome: GISLAINE CARESIA
RG: 22393799-X
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Nome: JOSE BENEDITO DOS SANTOS
RG: 12443489-7
Gratificação: Agente de Segurança Parlamentar
Nome: LUCAS CONRADO MARRANO
RG: 35022024-4
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Nome: MARA DE CASSIA FORTUNA
RG: 12592816
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Nome: MARCELA ALESSANDRA ARAUJO
RG: 27904947-X
Gratificação: Jornalista
Nome: RICARDO DE MORAES FERRARI
RG: 24417787-9
Gratificação: Jornalista
Nome: VALKIRIA DE LOURDES FERNANDES
RG: 18867857-8
Gratificação: Auxiliar Parlamentar
Nome: WILDNEI WALISON TEODORO
RG: 40093886-8
Gratificação: Jornalista

ATRIBUINDO gratificação de representação ao servidor abaixo relacionado, na seguinte conformidade:

Nome: BERNARDETE CAMPOS DE DOMENICO
RG: 5391876-9 Matrícula: 13209
Gratificação: Diretor Técnico Legislativo de Divisão
Atribuída no período de: 04.02.2008 a 04.03.2008, tendo em vista a FSE nº 042/08, do DRH.

DE 18/02/2008

DEFERINDO, à vista do Ato nº 23/2002, da Mesa:
- No Processo RG. nº 6220/04, o pedido formulado por OSVALDO FREITAS RIOS, RG. nº 11.481.278-0, de pagamento, a título de indenização, de períodos de licença-prêmio não gozados quando em atividade;

- No Processo RG. nº 5949/06, o pedido formulado por MARINA LUCIA BARBOSA, RG. nº 3.579.705, de pagamento, a título de indenização, de períodos de licença-prêmio não gozados quando em atividade;

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO
PROCESSO: RGE 5248/07
CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTRATADA: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO E REFORMA DE 2 (DOIS) ELEVADORES.
VIGÊNCIA: 10 (DEZ) MESES
VALOR: R\$ 233.308,00 (DUZENTOS E TRINTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E OITO REAIS)
RECURSOS ELEMENTO ECONÔMICO: 339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA
ASSINATURA: 06/02/2008
DF - DIVISÃO DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

DECISÃO DO PREGOEIRO

DE 20/02/08

NO PROCESSO RGE nº 5725/07 (Pregão Presencial nº 01/08), o qual tem por objeto a aquisição de régua de monitores, foi declarada deserta a licitação.

RETIFICAÇÕES

- No Ato nº 04/08, publicado no Diário Oficial de 20/02/08, onde se lê "... Decisão nº 08/07, leia-se "Decisão nº 2688/07", e não como constou.

- Na Decisão nº 242/2008, da Mesa, publicada em 20/02/2008, em nome de SILVANO TARANTELLI, acrescente-se: "...ficando exonerado do cargo de Assistente Técnico Parlamentar na data de sua posse."